



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA - UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES (BHU)**

ISRAEL FERREIRA DA SILVA

**Os desafios da implementação da Lei 11.645/08 na Escola Estadual de
Educação Profissional Adolfo Ferreira de Sousa – Redenção, Ceará.**

Redenção, CE

2020

ISRAEL FERREIRA DA SILVA

**Os desafios da implementação da Lei 11.645/08 na Escola Estadual de
Educação Profissional Adolfo Ferreira de Sousa – Redenção, Ceará.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado no curso de Bacharelado em
Interdisciplinar em Humanidades (BHU) da
Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB),
como requisito final para obtenção do título
de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Lailson Ferreira da Silva

Redenção, CE

2020

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Dr. LAILSON FERREIRA DA SILVA – UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-RASILEIRA (UNILAB)

Ma. LUIZA LEILA VELEZ DE MIRANDA- UNIVERSIDADE ESTAUDAL DO RIO
GRANDE DO NORTE (UERN)

Dr. PATRÍCIO CARNEIRO ARAÚJO - UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-RASILEIRA (UNILAB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder forças diariamente e me guiar para que eu pudesse continuar na minha jornada acadêmica, mesmo com todas as dificuldades que surgiram durante esse período.

Ao orientador Lailson Ferreira da Silva pela paciência e atenção durante produção deste trabalho científico, pois os nossos diálogos geraram novos aprendizados que levarei comigo durante minha vida.

À minha esposa Karol por sempre me apoiar e me dar suporte e força para seguir na minha caminhada acadêmica.

Aos meus familiares por acreditarem em mim.

À Locyilia que nunca mediu esforços em me ajudar durante esse processo.

Aos profissionais da escola Adolfo Ferreira de Souza por me possibilitarem a aproximação com a temática dessa pesquisa.

À banca examinadora pela leitura do trabalho e contribuições pertinentes para melhoria do trabalho.

Por fim, as professoras e professores que fizeram parte da minha vida desde do fundamental até o ensino superior, pois acrescentaram conhecimentos tanto para a vida pessoal como profissional.

RESUMO

O presente projeto de pesquisa tem por objetivo central compreender como as ações desenvolvidas na Escola Estadual de Educação Profissional Adolfo Ferreira de Sousa, Redenção, Ceara; no tocante a Lei 11.645/08 contribuem para a reflexão sobre o racismo no contexto escolar. Desta forma, espera-se promover discussões e debates a fim de mostrar a importância das ações desenvolvidas pela escola não só para a implementação da lei que torna obrigatória a inclusão da temática da história e cultura afro-brasileira e africana, como também para a promoção de uma sociedade multicultural. A pesquisa terá abordagem qualitativa, utilizando a técnica de entrevista semiestruturada com questionário aberto e observação participante.

PALAVRAS CHAVES: Racismo, escola, implementação de lei

ABSTRACT

The main objective of this research project is to understand how the actions developed at the State School of Professional Education Adolfo Ferreira de Sousa, Redenção, Ceara; with regard to Law 11,645 / 08, they contribute to the reflection on racism in the school context. Thus, it is expected to promote discussions and debates in order to show the importance of the actions developed by the school not only for the implementation of the law that makes the inclusion of the theme of Afro-Brazilian and African history and culture mandatory, but also for the promotion of a multicultural society. The research will have a qualitative approach, using the semi-structured interview technique with an open questionnaire and participant observation.

KEY WORDS: Racism, school, law enforcement

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
2. JUSTIFICATIVA.....	12
3. OBJETIVOS.....	13
3.1 OBJETIVO GERAL.....	13
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	13
4. PROBLEMATIZAÇÃO.....	14
5. REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
6. METODOLOGIA.....	19
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	21

1. INTRODUÇÃO

A lei 11.645¹ de março de 2008 se refere à inclusão “no currículo oficial da rede de ensino, pública e privada, do Ensino Fundamental e Médio, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. A lei engloba questões importantes, pois não se limita a tratar do preconceito e escravização, mas de reconhecer o lugar da população negra e população indígena na formação da sociedade brasileira e como esses atores históricos lutaram pelos seus ideais. Para os fins desse projeto de pesquisa, será abordada a temática da “História e Cultura Afro-Brasileira”, como também “do estudo da África e dos africanos”.

Para a população negra a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas e particulares é fundamental, pois possibilita o debate sobre a desconstrução de formas de preconceito e discriminação étnico-racial no âmbito do espaço escolar. Promovendo, assim, uma maior compreensão dos nossos antepassados, revelando sua contribuição para a cultura e história da sociedade brasileira.

Essa lei, 11.645/08, também nos possibilita refletir sobre a valorização do legado cultural africano que recebemos desde o século XVI, ampliando o conhecimento que temos dessa cultura; nos inserindo em uma nova ótica sobre a história africana e afro-brasileira e suas possíveis relações como o percurso histórico.

Após mais de 17 anos de debate sobre a obrigatoriedade do o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, ainda há dificuldades de implementar de maneira satisfatória nas escolas. Desse modo, a escola que a população conhece é uma instituição que ainda está negando a existência, orientado pelo esquecimento e pela invisibilidade da população negra e não somente a eles, mas com todos os grupos que sejam considerados diferentes.

Essa negação das diferenças acaba gerando conflitos conforme nos apresenta Salles e Silva (2008, p. 150) ao abordarem relações e diferenças entre preconceito e violência no âmbito escolar, eles apontam que:

¹ A lei 11.645/08 é uma alteração da lei 10639/03 que tratava apenas da obrigatoriedade do ensino afro-brasileiro e cultura afro-brasileiro e africano. Como essa alteração o ensino indígena também passou a ser contemplado.

Nas escolas, os adolescentes e jovens interagem com outros, adolescentes e jovens, que são diferentes deles ou de seu grupo de referência em função, entre outros aspectos, da cor, da sexualidade, da nacionalidade, do corpo, da classe socioeconômica. No espaço escolar essa interação com o diferente, quando não é problematizada, se dá por meio de relações interpessoais pautadas por conflitos, confrontos e violência. (SALLES E SILVA 2008, p. 150)

O que os autores apontam acima é que não adianta apenas serem criadas leis que aparem tais situações, se essas por sua vez não são problematizadas de forma correta. Dito de outra maneira, a falta de diálogo e interação com “o diferente” acaba gerando conflitos e segregação, de modo que as pessoas continuam sendo divididas em grupos como antes eram.

No que tange às contribuições históricas, culturais e sociais dos povos africanos escravizados no Brasil, o próprio livro didático se encarrega de apresentar fatos histórico e gravuras, mesmo que não haja um aprofundamento nesse debate feito diretamente no livro didático.

Os autores e autoras desses livros não se detém, por exemplo, nas várias e importantes contribuições desses povos indígenas e africanos na história de formação e construção do Brasil que estão presentes no cotidiano do povo brasileiro através da culinária, da língua, e outras formas como utilização ainda hoje de objetos e práticas de costumes africanos como forma de resistências e reconstrução da história do povo negro, esses que nos remetem a nossa ancestralidade e que acabamos reproduzido muitas vezes sem saber suas origens. Conforme nos mostra o autor abaixo;

Tal resistência configura-se como uma reivindicação, uma espécie de forma simbólica ostensiva, de exprimir o ideal rigoroso dos velhos tempos, quando ainda se cozinhava a lenha e em panelas de barro, ou ainda em que africanos e africanas, profundamente, conhecedores de suas culturas, restabeleceram e reconstruíram seus espaços simbólicos, suas religiões e a “cozinha dos santos”, substituindo e trocando ingredientes. (SOUSA, 2009, p. 131).

Pode-se considerar que, de forma inconsciente os ritos e costumes dos povos africanos, permanecem vivos e são praticados cotidianamente nos hábitos culturais dentro e fora do contexto escolar, como o cultivo da terra, e preparo de alimentos com a substituição e acréscimos de ingredientes nos alimentos escolares, como também as formas de falar e dentre tantas outras heranças culturais.

A implementação dessa lei é um ato de reconhecimento à importância da luta do movimento negro no Brasil e suas trajetórias e obriga o ensino da cultura afro-brasileira nas escolas por meio de pesquisas teóricas e práticas e acuse a vertente eurocêntrica ensinada nas escolas como única e soberana, pois a história da Europa como civilizado é vista sobre uma ótica bem mais civil e é transmitido de geração em geração; o racismo e as mais diferentes formas de discriminações sociais e raciais são reproduzidas na sociedade de uma forma natural e a sociedade em um contexto geral acaba que aceitando as hierarquias postas para o povo.

A inviabilização do negro, a difusão de um imaginário negativo em relação ao negro dos significados positivos em relação aos brancos é estratégia de discurso racista observada como forma de discriminação no interior das escolas, via livros didáticos e literatura infanto-juvenil [...]. (SILVA, 2008, p. 95). Diante disso, podemos afirmar que a escola é o ambiente ideal para se começar as sonhadas, necessárias e tão urgentes transformações sociais e humanas.

Nesse debate, há a necessidade de preparar as escolas, os professores e toda a comunidade escolar para este desafio que como já mencionado acima, esta tarefa de amenizar as discriminações é sem dúvidas uma das mais difíceis, pois no dia a dia escolar, encontramos profissionais que afirmam ter dificuldades em trabalhar questões de racismo e preconceitos com os alunos dentro da sala de aula e em todo o funcionamento da escola.

O sistema educacional brasileiro, da mesma forma que as demais instituições sociais, estão repletas de práticas racistas, discriminatórias e preconceituosas, o que gesta, em muitos momentos, um cotidiano escolar prejudicial para o desenvolvimento emocional e cognitivo de todas as crianças e adolescentes, em especial às consideradas diferentes com destaque para os pertencentes à população negra (CAVALLEIRO, 2006, p.86).

Ainda segundo Cavalleiro (2006), a existência do racismo, do preconceito e da discriminação no cotidiano escolar causa aos indivíduos negros: auto rejeição, desenvolvimento de baixa autoestima com ausência de reconhecimento de capacidade pessoal; rejeição ao seu outro igual racialmente; timidez, pouca ou nenhuma participação em sala de aula; ausência de reconhecimento positivo de seu pertencimento racial; dificuldades no processo de aprendizagem; recusa em ir à escola e, conseqüentemente, evasão escolar.

Tendo em vistas essas considerações iniciais, será examinado como como as ações desenvolvidas na Escola Estadual de Educação Profissional Adolfo Ferreira de Sousa localizada na cidade de Redenção-CE, contribuem com a implementação da lei 11.645/08 e, por conseguinte como debate do racismo estrutural presente na sociedade brasileira.

2. JUSTIFICATIVA

A motivação para realização desse projeto de pesquisa partiu das minhas experiências pessoais nas quais eu sofri/sofro com o preconceito racial em diferentes espaços sociais na cidade de Redenção-CE, onde resido.

As pessoas me olham com olhares discriminatórios. Assim, sempre tive dificuldades de conseguir trabalho, de transitar livremente por espaços públicos entre outros. No ambiente escolar não foi diferente. Eu era alvo de apelidos de cunho racista tais como; "neguinho", "pretinho", "chocolate" entre outros. Porém, eu sempre "levava na esportiva", ou seja, não dava a importância devida.

Quando comecei a cursar o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades – BHU, na UNILAB no ano de 2017 comecei a relativizar as ações racistas vivenciadas ao longo de minha vida. Os debates em disciplinas como: Estrutura e Relação Social, Sociedades Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos, e a própria Inserção à Vida Universitária, cursá-la me permitiu abrir um leque de novas visões acerca do racismo em diferentes espaços, como também a divisão do espaço acadêmico quando os estudantes brasileiros e africanos criam muros e muitas das vezes a integração deixa de existir na prática.

Desse modo, quando comecei a cursar a disciplina de Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar em Humanidades I decidi transformar minhas experiências de vidas que se entrecruzam com o racismo, inclusive na escola, em projeto de pesquisa. Assim, resolvi estudar e problematizar a temática do racismo em uma escola estadual no município de Redenção, na perspectiva de entender também como o racismo presente entre a população local se reflete nas práticas escolares.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral:

Compreender como as ações desenvolvidas na Escola Estadual de Educação Profissional Adolfo Ferreira de Sousa, Redenção - CE no tocante a Lei 11.645/08 contribuem para a reflexão sobre o racismo no contexto escolar.

3.2 Objetivos Específicos:

- Apresentar as ações voltadas para o cumprimento da lei 11.645/08;
- Descrever como o racismo se apresenta nesse contexto escolar;
- Mapear os casos de racismo ocorridos na escola;

4. PROBLEMATIZAÇÃO

Na escola Adolfo Ferreira de Sousa, as ações/atividades voltadas para a implementação da Lei 11.645/08, acontecem de forma pontual. Nos meses de maio e novembro, por exemplo, são realizadas duas atividades durante o período regular denominadas pela direção da escola de “Atividades Culturais”.

Anualmente a escola promove no mês de novembro a Feira Cultural em alusão o dia da Consciência Negra, dia 20 de novembro². Segundo a escola, essas atividades visam amenizar os impactos do racismo no contexto escolar. Todas as atividades são realizadas e desenvolvidas com a participação do corpo discente sob orientação do corpo docente e diretoras/es de turma³.

Na escola, as/os estudantes são responsáveis pela elaboração das feiras científicas, oficinas, palestras e atuando como atores principais, fazendo os debates iniciais com os professores da área de ciências humanas; história, geografia e sociologia. Divididos em equipe trabalham com temas relacionados à valorização da cultura afro-brasileiro e africana.

As atividades incluem dança, gastronomia, palestras de conscientização sobre o racismo, ou seja, são tarefas alusivas à valorização da cultura dos nossos ancestrais. Esses debates são realizados, pois as/os próprios estudantes ficam encarregados de dialogar com os visitantes da feira. Esta que acontece durante uma semana nos turnos da manhã e tarde.

A feira é aberta à comunidade externa local, bem como de outras cidades do Maciço de Baturité. Durante a feira são apresentados elementos da gastronomia, estilos musicais da população negra no contexto brasileiro e africano. Além disso, são apresentadas as principais características do continente africano e do Brasil, bem como o papel social do negro.

Desde o ano de 2014, estudantes estrangeiros oriundos do continente africano e que estão matriculados em cursos de graduação da UNILAB⁴, são

² Vale ressaltar que ao longo do período letivo a escola diversas feiras para discussão de outras problemáticas sociais presentes no contexto escolar, como por exemplo, assédio, bullying e etc.

³ O diretor de turma é aquele professor responsável por direcionar, organizar e propor atividades ao longo do período letivo e realizar o acompanhamento da turma.

⁴ Os principais intermediadores são Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, PIBID dos cursos de história, pedagogia e sociologia.)

convidados para realizar um trabalho de discussão sobre essa ótica do preconceito racial.

A descrição feita acima sobre esta ação pontual voltada para a discussão da temática sobre a cultura afro-brasileira e africana, parece não gerar os efeitos necessários tendo em vista que há relatos de práticas racistas na escola, pois há o registro de três casos de discriminação racial registrados no livro de protocolo da escola. Esses registros foram feitos nos anos de 2014 e 2015 e estão arquivados pelo diretor da escolar sob a forma de um boletim de ocorrência interno.

A escola como forma de mediar essas situações restringiu os envolvidos da participação de algumas atividades em um período específico e intensificou os conteúdos referentes ao racismo no contexto escolar por meio do debate sobre formação cidadã nas quais discutem temas como racismo, homofobia e tantos outros temas pertinentes.

Tendo em vista o contexto descrito acima, nos levam a formular os seguintes questionamentos que nortearão esse projeto de pesquisa: Como a escola Adolfo Ferreira de Sousa trata a questão do racismo do contexto escolar? Por que a Lei 11.645/08 é trabalhada na escola de forma pontual?

5. REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Kabengele Munanga (1988) o racismo é uma ideologia essencialista que promove a segregação da humanidade em grandes grupos chamados com raças diferentes que teriam características físicas hereditárias comuns, embora, esses princípios sejam de valor classificatório e desigual. Essa hierarquia é reproduzida na sociedade de modo natural por parte da população e, assim acaba ocultando e passando despercebidas as ações preconceituosas e de práticas racistas.

No contexto brasileiro o racismo se apresenta de forma estrutural, pois como a abolição da escravidão em 1888 não houve um projeto de integração da população negra nessa nova sociedade que emergia baseadas nos princípios do capitalismo. Permanecendo a visão hierarquizada entre culturas e classificatória das pessoas com base na cor de pele, formato do nariz, cor dos olhos e textura dos cabelos (SANTOS, 2001).

De acordo com Valente (1998);

A abolição formal foi construída um ideário para legitimar o preconceito e a discriminação racial contra os negros. A partir de 1888, a cor passou a ser um critério importante de seleção dos trabalhadores livres. Os brancos foram considerados trabalhadores melhores do que os negros. O branco passou a ser preferido nas “profissões nobres”. Enquanto isso sobrava para os negros o “trabalho humilhante”, rejeitado pelos brancos como “trabalho sujo”, “trabalho de serviços” (VALENTE, 1998, p. 38)

O rastro desse comportamento ainda soa em nossa sociedade, pois a quantidade de negros bem-sucedidos e incorporados em cargos elevados em empresas é bem reduzido quando comparamos com os brancos. Os negros estão em menor escala também nas faculdades e por consequência não conseguem atingir muito sucesso na vida profissional.

Ao longo da nossa formação histórica, marcada pela colonização, pela escravidão e pelo autoritarismo, o imaginário social construído sobre o negro não foi o mais positivo. Esse imaginário possibilitou a incorporação de teorias raciais repletas de um suposto cientificismo que por muito tempo atestaram a inferioridade das pessoas negras, a degenerescência do mestiço, o ideal do branqueamento, a primitividade da cultura negra e a democracia racial (GOMES 2001).

É importante pontuar que segundo Araújo (2017), o racismo sempre foi um assunto muito sensível e pouco discutido no contexto social pelas pessoas. Isso se torna evidente na dificuldade de enxergar as relações étnico-raciais existentes na sociedade e promove um debate sobre o racismo e divisão social. O que ainda presenciamos é o incômodo ao tratar dessa temática, como se fosse um assunto que não lhes diz respeito ou não os afeta.

Sendo assim, é preciso perceber que o espaço escolar e a sociedade não são instituições distintas e que se influenciam mutuamente.

Alguns [...] autores entendem a escola como uma parte da sociedade que reproduz o todo das relações sociais, inclusive suas estruturas perversas e suas relações de poder. Apesar dessa posição por parte de alguns autores, o próprio Sastre traz a visão de outros que entendem que apesar das normas sociais se fazerem presente dentro da escola, elas não são decisivas nas relações escolares. (SASTRE, 2009. p. 64)

A percepção de que escola e a sociedade estão interligadas nos leva a entender como no espaço escolar são reproduzidas práticas presentes na sociedade mais ampla, por exemplo, no caso do preconceito étnico-racial presente na sociedade e também observado na escola, reproduzindo assim, uma série de estereótipos.

Na escola por sua vez, os casos de preconceito racial vêm ganhando espaço pelo fato de alguns pais tratarem a temática como "frescura" ou algo que denota que a pessoa que sofre esse tipo de insulto por ficar calado perante essa situação.

Para Cavalleiro (2000), em seu livro o *silêncio escolar*, as diversas consequências do racismo nas escolas se constituem no silêncio da população negra, pois automaticamente essa população negligenciada se remete a inferior, acabando ficando em isolamento, um certo silenciamento.

Podemos considerar, nessa perspectiva, que a escola tem um papel fundamental no processo de revisão dessa história que tem se perpetuado no Brasil que desconsidera as contribuições dos "africanos" e inferioriza o lugar dos afro-brasileiros.

Para Gomes (2012), um dos desafios delegados à escola na contemporaneidade, principalmente com mais ampliação do direito à educação, é articular os diferentes tipos de conhecimento dos diversos sujeitos sociais antes invisibilizados ou desconsiderados para sujeito produtores de conhecimento.

6. METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos nesse projeto de pesquisa, será utilizado o método de pesquisa qualitativo, tendo em vista que as técnicas utilizadas serão a observação participante e entrevistas semiestruturadas permitindo assim aos participantes um espaço de diálogo. Isso possibilitará criar um espaço dialógico que aproximará o pesquisador e as interlocutores/interlocutores.

A pesquisa qualitativa corresponde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2002, p. 21).

Como mostra a autora, a pesquisa qualitativa busca analisar realidades que não podem ser contadas por outras pessoas, na medida em que as histórias estão repletas de significados que dizem respeito à individualidade de cada pessoa, tais como as crenças, valores e atitudes.

O olhar e o ouvir, nesse sentido, são partes complementares no exercício da observação participante. Se por um lado o olhar nos permite conhecer como funciona socialmente e/ou culturalmente a realidade em causa, pois foi disciplinado por um conjunto de leitura teóricas e metodológicas; por outro, o ouvir nos possibilita compreender o que os atores sociais vivenciam em seu cotidiano.

[...] a obtenção de explicações; dadas pelos próprios membros da comunidade investigada, permitiria se chegar àquilo que os antropólogos chamam de “modelo nativo”, matéria-prima para o entendimento antropológico. Tais explicações nativas só poderiam ser obtidas por meio da “entrevista”, portanto de um Ouvir todo especial. Mas, para isso, há de saber ouvir. (CARDOSO, 1998, p. 19).

Após a realização das entrevistas, serão realizadas rodas de conversa com o núcleo gestor da escola, professores e estudantes que despertem para que possamos dialogar a partir das minhas observações e das conversas realizadas individualmente.

Cada etapa da pesquisa será guiada pelos princípios éticos presentes na RESOLUÇÃO Nº 510, de 07 de abril de 2016 que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais⁵. Assim, quem demonstrar interesse em participar da será informado previamente do projeto de pesquisa, objetivos e metodologia utilizada, bem como os meios de divulgação das informações coletadas. Esses esclarecimentos estarão presentes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE⁶.

Além disso, as/os participantes terão suas identidades preservadas e será assegurado que a realização da pesquisa não lhes causará nenhum prejuízo diante do contexto no qual o esse estudo se insere.

⁵ Para mais detalhes, ver: <http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>

⁶ O TLCE será assinado pela direção da escola dando o aval para realização da pesquisa, como também por que participara individualmente.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Patrício Carneiro **Entre ataques e atabaques: intolerância religiosa e racismo nas escolas**- São Paulo: Archê Editora, 2017.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: < <http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCNs%20-%20Educacao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf>> Acesso em 21/10/20.

BRASIL. **LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008**. Brasília, DF. Março, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. > Acesso em: 25/10/2020.

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 510, de 07 de abril de 2016**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>> Acesso em 25/10/2020

GOMES, Nilma Lino. Educação Cidadã, Etnia e Raça: O trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade Racismo e Anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2006.

GOMES, Nilma Lino. Educação Cidadã, Etnia e Raça: O trato pedagógico da diversidade. CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar preconceito e discriminação na educação infantil – 6ª Ed., 1ª reimpressão** - São Paulo: Contexto, 2014.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **Ciência, técnica e arte, o desafio da pesquisa social**. Pretrópolis, Editora Vozes, 2002.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Ed. Vozes, São Paulo, USP, 2002.

MUNANGA, Kabengele. Teorias sobre o racismo. In: **Racismo: perspectiva para um estudo contextualizado da sociedade brasileira**. Niterói: EDUFF, 1998.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever, Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 1998, v. 39 n^o 1.

SANTOS, Isabel Aparecida. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos. In: CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Racismo e anti-racismo na educação – repensando nossa escola. (orgs.)** São Paulo: Selo Negro, 2001.

SASTRE, Edilberto. **Panorama dos estudos sobre violência nas escolas no Brasil: 1980 – 2009.** Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015503.pdf>> Acesso em: 07/10/2020

SOUZA, I. S, MOTTA, F. P. C, FONSECA, D; **Estudos sociológicos e antropológicos.** São Paulo; 2009.

SILVA, P. V. B; **Racismo em livros didáticos na escola, estudo sobre negros e brancos em livros de língua portuguesa.** São Paulo: Editora Autêntica, 2008.

VALENTE, Ana Lúcia Eduardo Farah. **Ser negro no Brasil hoje.** 15ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 1998.